

HABEAS CORPUS Nº 549.196 - BA (2019/0359709-5)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DAMARES DOS ANJOS COSTA
ADVOGADO : DAMARES DOS ANJOS COSTA - BA038234
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : CARLOS EDUARDO DE JESUS FARIAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de CARLOS EDUARDO DE JESUS FARIAS, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (HC n. 8014315-18.2019.8.05.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente, preso cautelarmente em 5/1/2019, foi condenado em 10/7/2019 à pena de 8 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão, pelo crime previsto no artigo 157, § 2º-A, inciso I, do Código Penal, sendo negado o direito de recorrer em liberdade (e-STJ fls. 167/173).

Inconformada, a defesa, impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando naquela oportunidade, falta de fundamentos idôneos para a negativa do paciente de recorrer em liberdade. O Tribunal, contudo, denegou a ordem, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 196):

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. CRIME TIPIFICADO NO ART. 157, §2º, II, e 2º-A, I, do CPB. PACIENTE FOI JULGADO E CONDENADO NO BOJO DA AÇÃO PENAL Nº 0500209-84.2019.8.05.0080, À PENA DE 08(OITO) ANOS E 10 (DEZ) MESES E 20 (VINTE) DIAS DE RECLUSÃO, EM REGIME FECHADO, E AO PAGAMENTO DE 240 (DUZENTOS E QUARENTA) DIAS-MULTA, COM VALOR UNITÁRIO DE 1/30 (UM TRIGÉSIMO) DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DO FATO, EM REGIME INICIAL FECHADO, SENDO-LHE NEGADO O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. 1 - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA NA NEGATIVA DO PACIENTE RECORRER EM LIBERDADE. DECISUM DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. DEMONSTRADO O PERICULUM LIBERTATIS. 2 - CONCLUSÃO: DENEGAÇÃO DA ORDEM.

Na presente oportunidade, a impetrante afirma não haver motivação válida para a negativa de o paciente recorrer da sentença em liberdade. Sustenta, também, ser o acusado primário, com idade de 18 anos e uma companheira grávida, argumentando que teria cometido o crime para comprar alimento para a família, conforme ficou comprovado na fase instrutória.

Diante disso, pede, em liminar e no mérito, seja assegurado ao paciente o direito de recorrer da sentença condenatória em liberdade.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência

No caso, ao que parece, ao negar o direito de apelar em liberdade, o Juízo de primeiro grau considerou relevante a garantia da ordem pública, diante da gravidade da conduta imputada ao paciente, praticado com violência contra a vítima. Confira-se o teor (e-STJ fl. 172):

Na forma do art. 387, § 1º, do CPP, NÃO RECONHEÇO AS RÉUS O DIREITO DE RECORREREM EM LIBERDADE, primeiro por ser o crime cometido de natureza grave, não convindo, justamente no instante em que se prolata sentença condenatória, colocar os acusados em liberdade; segundo porque a garantia da ordem pública - consistente no acautelamento do meio social, diante da periculosidade demonstrada pelos agentes, ainda justifica a custódia, tendo o réu Zaqueu, inclusive vários processos contra si; terceiro porque o quantum de pena aplicada e o seu regime inicial de cumprimento assim o recomendam. Devem os condenados, destarte, permanecerem custodiados, desta feita por sentença condenatória recorrível.

Com efeito, *Admite-se a prisão preventiva quando as*

Superior Tribunal de Justiça

circunstâncias concretas do crime revelarem risco à ordem pública. (HC n. 118.844, Relator Ministro ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 19/11/2013, publicado em 19/12/2013).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*, pelo Colegiado da Quinta Turma.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator